

Carta aberta à comunidade do IPUSP

São Paulo, 22 de outubro de 2020.

Nós, funcionários do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, rechaçamos veementemente o documento enviado pela reitoria no dia 21 de outubro de 2020 que obriga o retorno imediato presencial e “em bolhas” dos servidores técnico-administrativos da Universidade.

Trata-se de documento cuja definição se deu de modo unilateral, sem qualquer interlocução com as trabalhadoras e os trabalhadores da universidade, tampouco com as próprias unidades ou com os órgãos colegiados (tais como conselhos de departamento, congregações e conselho universitário).

Chama atenção o envio amplo desse documento pela reitoria à comunidade universitária por mensagem eletrônica, mas em formato de rascunho, desrespeitando, inclusive, os processos formais que ela mesma impõe.

O retorno presencial exigido no documento-rascunho desconsidera o trabalho realizado pelas servidoras e pelos servidores durante estes sete meses, que possibilitou o funcionamento da universidade com todas as dificuldades geradas pelo contexto e pela própria pandemia e os recursos restritos existentes.

No caso do Instituto de Psicologia, destaca-se a criação pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores de novos processos de trabalho para cuidar das demandas e possibilitar a realização de um conjunto de atividades administrativas e acadêmicas (de formação, extensão e pesquisa) e que continuam em vigência.

As atividades à distância exigiram das trabalhadoras e dos trabalhadores do Instituto o estabelecimento de novas rotinas de trabalho e de interlocução nas equipes, entre equipes e junto com estudantes, professoras e professores. Ressalta-se que, muitas vezes, essas construções requisitaram dedicação em tempos estendidos de trabalho.

Mesmo com os obstáculos e as condições precárias existentes, os trabalhos em curso têm recebido reconhecimento e elogios da comunidade do IPUSP e da comunidade externa, possibilitando, ao mesmo tempo, a realização dos trabalhos com qualidade e a segurança das servidoras e dos servidores com permanência em suas moradias.

A decisão presente no documento da reitoria sobrepõe-se aos modos de fazer e aos conhecimentos locais que têm permitido por meio do trabalho remoto o funcionamento e manutenção de atividades vigentes nas mais diferentes seções, setores, serviços e departamentos das unidades e, mais especificamente, do Instituto.

O documento desconsidera, ainda, que o trabalho presencial compulsório em formato de rodízio, sem qualquer conversa a respeito da real demanda de cada setor, gera quebra dos fluxos *on-line* já estabelecidos, produzindo descontinuidades desnecessárias de processos de trabalho. Essa quebra comprometerá a sustentação dos trabalhos discentes e docentes e conduzirá a problemas para consecução de atividades acadêmicas no final de semestre.

Ressalta-se que as atividades acadêmicas permanecerão à distância até o ano que vem, salvaguardando dos riscos da pandemia as e os estudantes de graduação, de pós-graduação e docentes da universidade, o que não ocorrerá com as servidoras e os servidores administrativos e técnicos.

Gera indignação que uma universidade pública do porte da USP e que reivindica publicamente a defesa da democracia no país e os preceitos de respeito à constituição, trate com tamanho descaso a saúde de todas as trabalhadoras e de todos os trabalhadores e de suas famílias e comunidades, assim como com imensa desigualdade de tratamento e de direitos com relação a docentes e estudantes.

A desigualdade de tratamento dentro da universidade é gritante. Os trabalhadores terceirizados mal tiveram direito a qualquer isolamento social, com muitos sofrendo demissões em meio à pandemia. Os efetivos, por sua vez, demoraram para serem dispensados, e agora pretende-se obrigar uma volta compulsória sem qualquer diálogo ou demonstração de necessidade. As atividades que envolvem majoritariamente os docentes, como aulas e reuniões de colegiados, no entanto, permanecerão (corretamente) ocorrendo de maneira remota por tempo indeterminado.

Os tristes números da pandemia entre nossa comunidade até o momento demonstram essa desigualdade: foram registradas mais de dez mortes entre trabalhadores e trabalhadoras efetivos e terceirizados por conta da COVID-19, entre eles uma querida colega do Instituto de Psicologia.

É vexatório que uma universidade que realiza pesquisas importantes na área da saúde e dos direitos humanos desconsidere os preceitos da OMS sobre grupos de risco (comorbidades, gestantes e idosos), bem como a saúde das pessoas que moram no mesmo domicílio das trabalhadoras e dos trabalhadores (crianças, jovens, adultos e/ou idosos que também compõem o grupo de risco).

É ultrajante que uma universidade que tanto discute as relações sociais, seus contextos e determinantes históricos e culturais, desconsidere as desigualdades sociais e étnico-raciais bem como condições desiguais dos locais de moradia, dos territórios e de mobilidade na cidade, que também afetam de modos desiguais a população e as trabalhadoras e os trabalhadores da universidade.

É impressionante que uma universidade que apresenta um conjunto importante de produções acadêmicas sobre gênero, educação e relações familiares ignore as condições das mães trabalhadoras e dos pais trabalhadores que têm sob sua responsabilidade o cuidado de crianças e jovens, que não estão frequentando as escolas e que, mesmo se e quando retornarem, o farão sem obrigatoriedade e em regime de escalonamento, conforme definido pelas autoridades públicas. No caso do município de São Paulo, inclusive, em decisão recente do poder público, o retorno que se daria em novembro ocorreria apenas para o ensino médio e não para a educação infantil e o ensino fundamental, além de ser facultativo.

É acintoso que uma universidade pública com debates e pesquisas sobre velhice e envelhecimento em diferentes áreas ignore que, além de parte da comunidade universitária ser composta por servidoras e servidores idosos, muitas trabalhadoras e trabalhadores são responsáveis pelos cuidados de pessoas idosas da família, seja no próprio domicílio, seja em outros lugares de moradia, zelando por sua alimentação, manutenção das moradias, cuidados paliativos e suporte afetivo e emocional.

É uma afronta que essa mesma universidade que realiza pesquisas e desenvolve projetos sobre o mundo do trabalho e as organizações, releve de modo tão reiterado as condições de trabalho concretas existentes assim como os atuais ambientes de trabalho e realidades com relação à biossegurança nos diferentes locais da universidade, após tantos cortes e reduções para limpeza, equipamentos individuais e coletivos de proteção, estruturas adequadas de funcionamento (ventilação, distribuição dos espaços, equipamentos não compartilhados, higienização contínua de bancadas, mobiliários, equipamentos, banheiros, locais para refeição etc.), manutenção de praças e áreas ajardinadas e o respectivo controle de vetores de arboviroses e zoonoses, dentre outros.

É revoltante que, em uma universidade com consolidados estudos no campo da saúde mental e das relações psicossociais, não se importe com os impactos dessas decisões e os desgastes mentais e sofrimentos decorrentes para as trabalhadoras e os trabalhadores, suas famílias e comunidades.

Considerando o acima exposto e o fato de a pandemia estar ainda em curso, gerando riscos de exposição tanto das trabalhadoras e dos trabalhadores como de suas famílias e da comunidade do entorno, não há justificativa para o retorno presencial das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Em adição, verifica-se o completo desrespeito a estes e, ao mesmo tempo, às instâncias de decisão da universidade e às unidades, que detêm, além do conhecimento acerca de suas necessidades, algum grau de autonomia e gestão, o que possibilita melhor condução dos processos de trabalho mantidos pelo teletrabalho durante a pandemia em curso.

Ficam também perguntas em aberto:

O que está em jogo e qual o sentido do documento e dessa decisão unilateral?

Como a comunidade do IPUSP e a comunidade universitária irão se posicionar frente a essa decisão e ao modo de conduzi-la?

Estarão os funcionários sozinhos nesta luta por condições dignas de trabalho e de preservação da vida?

Funcionários do IPUSP reunidos em assembleia